
Livros didáticos na prática pedagógica dos professores de História

Eliane Mimesse Prado

Doutora em Educação – PUC/SP;
Docente PPGE – Universidade Tuiuti do Paraná.
Curitiba – PR [Brasil]
emimesse@bol.com.br

Este estudo teve a finalidade de analisar as práticas pedagógicas dos professores de história no Ensino Médio, além disso, verificar como foram desenvolvidos os conteúdos e utilizados os livros didáticos, possibilitando classificá-los como do cotidiano e de pesquisa. Notou-se a permanência das indicações dos mesmos livros nas listagens, independentemente da redução da carga horária semanal da disciplina história. O período estudado tratou dos anos 1972 a 1986 por contemplar a implantação e difusão da reforma do ensino que, entre outras alterações, incluiu novos conteúdos específicos à história. Novas sugestões de trabalho provindas dos órgãos oficiais foram publicadas, resultando na publicação de novos livros didáticos. As fontes usadas compõem-se dos relatórios de estágios produzidos pelos alunos do curso de Licenciatura em História da Universidade de São Paulo, da legislação e dos documentos oficiais. Este estudo centrou-se apenas nas escolas estaduais localizadas na área metropolitana da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: História da educação. Livros didáticos. Prática pedagógica.

1 Introdução

Este estudo possibilitou identificar como os livros didáticos foram utilizados pelos professores de história em escolas públicas estaduais no período estudado. Os professores transitaram entre obras mais antigas, reconhecidas na área, e livros didáticos produzidos, muitas vezes, em decorrência da publicação de sugestões curriculares oficiais. A pesquisa teve como fonte primária os relatórios de estágios¹, efetivados nessas escolas estaduais, que propiciaram análises diversas sobre os livros e seus usos e os modos como a metodologia de ensino foi aplicada. Para compor o panorama do período verificaram-se os documentos produzidos pelos órgãos do governo referentes a metodologia de ensino da época e da então legislação vigente.

Os conteúdos desenvolvidos nas aulas dependiam das práticas pedagógicas adotadas pelos professores e das relações estabelecidas com os alunos, com os materiais didáticos e com os programas oficiais. O currículo oficial estabelecia conteúdos mínimos e, era elaborado por pesquisadores e docentes que nem sempre conheciam as diversidades e as especificidades das salas de aulas. Esse currículo trazia sugestões de atividades adequadas a cada conteúdo proposto. Na maioria das vezes, os professores o conheciam pelos livros didáticos adaptados, sem expressar de modo aprofundado, aos conteúdos sugeridos pelo currículo oficial.

Quando os professores interpretam esse material, utilizam suas experiências, analisam o contexto para o desenvolvimento das aulas e as possibilidades de assimilação dos conhecimentos pelos alunos, para, com base nessa análise, incluir as prescrições do currículo oficial em ação que, na prática, segundo Sacristán (2000, p. 105) “[...] é guiado pelos esquemas teóricos e práticos do professor e se

concretiza nas tarefas acadêmicas [...] sustentam o que é a ação pedagógica, assim podemos notar [...] o que são as propostas curriculares.”

No mesmo sentido desta interpretação, tem-se a explicação do estagiário em seu Relatório de Observação. Em 1985, o aluno-estagiário descreveu como identificou o currículo e suas influências na prática do professor e na sala de aula:

O currículo é um dos instrumentos que procura sobredeterminar o conteúdo da matéria a ser ensinada, como proposta de curso a ser adotada, ou que até efetivamente sobredetermina esse conteúdo, na medida em que é adotado cumprido acriticamente por grande parte os professores, é o currículo oficial. Geralmente, quando não se segue o currículo oficial, seguem-se os livros didáticos, outra autoridade. O currículo oficial traduz o papel que o Estado atribui à História, através dos conteúdos e atividades sugeridas. (RELATÓRIO 10, 1985).

Portanto, será a prática pedagógica de cada professor que porá em ação, segundo as suas interpretações, o currículo, com suas sugestões de conteúdos mínimos, exercícios e métodos de ensino. No entanto, os livros didáticos tornam-se a fonte das informações contidas no currículo prescrito, submetendo os docentes a seus desígnios.

2 O guia para o ensino de história na década de 1970

Na década de 1970, o ensino de história no 2º grau (atualmente denominado de Ensino

Médio) tinha suas diretrizes estabelecidas pelos *Guias Metodológicos*, divulgados pelo Ministério da Educação e Cultura, que orientavam professores sobre os conteúdos mínimos a serem ministrados e os métodos mais adequados de transmiti-los para essas séries. Os professores que elaboraram esse e outros volumes assinalavam a necessidade de uma formação cultural ampla do professor de 2º grau, além de apropriada preparação pedagógica. Essa publicação, segundo seus autores, não pretendia guiar os professores nos seus atos, mas apenas apresentar-lhes um roteiro com orientações. Visava também, articular as informações dos professores das oito primeiras séries com as das três ou quatro séries seguintes.

Segundo as recomendações do Conselho Federal de Educação, as aulas de história deveriam ser desenvolvidas, visando unificar a história universal com a do Brasil. O mesmo Conselho recomendava a existência da disciplina, com os conteúdos sugeridos, em “[. . .] todas as séries da escola de nível médio, sem incluir a terceira, que teria seu currículo construído de acordo com as solicitações do vestibular [. . .]”, caso houvesse a manutenção de cursos regulares.

A introdução desse *Guia* contribuiu para a inexistência de um guia paulista específico para o ensino de História no 2º grau. Nos relatórios de estágios do período de 1972 a 1976, os conteúdos tratados são de história geral e história do Brasil, e tratam apenas da 1ª e da 2ª séries. Os conteúdos sugeridos pelo Conselho Federal de inserir a história dos povos do continente americano e de outros continentes não foram atendidos nas aulas observadas, o que resultou na manutenção da prática pedagógica preexistente.

Faz-se necessário, neste momento, esclarecer brevemente sobre os estágios nos cursos pro-

fissionalizantes obrigatórios no ensino de 2º grau. Legalmente, todos os estabelecimentos desse nível de ensino, deveriam introduzir o ensino profissional após a promulgação de sua obrigatoriedade pela reforma de ensino de 1971. No entanto, segundo Prado (2004), várias dificuldades de implantar essa modalidade de ensino contribuíram para criar de outras possibilidades de formação. Em 1972 apenas os estabelecimentos de ensino privado e de públicos municipais apresentaram ao órgão competente um plano de trabalho para a organização didática e administrativa a ser implantada no 2º grau. Nas escolas da rede pública estadual, o ensino profissional de 2º grau passou a funcionar regularmente a partir de 1977, quando foi criada uma nova habilitação no Estado de São Paulo, denominada “Formação Profissional Básica”. Essa modalidade adaptou as disciplinas existentes à nova situação escolar.

Essa adequação das disciplinas suprimiu as aulas de história nas últimas séries do ensino de 2º grau, pois as disciplinas do chamado núcleo comum compunham a grade curricular das duas primeiras séries desse nível de ensino. Quando os estagiários referiam-se ao estágio em turmas de 3ª série de 1977, é porque naquele momento as escolas estaduais já haviam posto em prática as instruções da nova modalidade de habilitação. Dessa forma, conseqüentemente, existiriam no setor terciário, aulas da disciplina história, nas três séries.

3 Os usos dos livros didáticos

Os livros didáticos, referenciados e indicados nos relatórios de estágios como de uso efetivo pelos professores nas séries do 2º grau, eram utilizados de duas formas: como manuais e como livros de pesquisas. Quando usados como manuais, tinham a

função de complementar a aula expositiva, com a apresentação de textos, exercícios e resumos sobre os conteúdos; como livro de consulta ou de pesquisas, apenas parte de seus textos eram aproveitados. Alguns livros didáticos assumiram o papel de livros de pesquisa, talvez porque o professor considerasse que nenhum dos disponíveis no mercado abrangesse todos os conteúdos necessários ou mesmo porque a maioria dos alunos não tinha condições financeiras para adquiri-los. Em relatório de 1977, o estagiário explicava a solução encontrada pelo professor para a aquisição do livro:

Atualmente, o professor deixou em aberto o uso do livro didático. Cada qual utiliza aquele que tiver a mão. Porque, segundo o professor contatado, ano após ano vem tentando modificar seu modo de dar aula. Já procurou, por exemplo, pedir aos alunos que apenas acompanhem as explicações, fazendo uma ou outra anotação, mas os resultados não foram satisfatórios. Em outra oportunidade, optou pela adoção de livro didático, mas, pessoalmente, sentiu-se muito preso a ele e obcecado por vencer o conteúdo. (RELATÓRIO 3, 1977).

Outro estagiário, no mesmo ano, citou o que ocorria quando os alunos de uma sala tinham o livro didático. De acordo com o parecer da professora, essa situação era um avanço, pois criava a possibilidade de usar outra metodologia de ensino, diferente da adotada nas séries do 1º grau. No entanto, para os alunos, a forma como o livro era utilizado tornava as aulas monótonas e cansativas:

A professora havia me dito que para o colegial era possível dar aulas expositivas, e

que os alunos, além de outras atividades do curso, tinham que ler os capítulos do livro didático e elaborar um fichamento que lhe era entregue como parte dos requisitos de avaliação. No entanto em entrevista que mantive com os alunos, eles me disseram que o livro didático era lido em classe, e que isto tornava as aulas monótonas, porque os capítulos são muitos extensos e a forma como eram dadas estas aulas tornava-as cansativas. (RELATÓRIO 7, 1977).

O Guia Metodológico para cadernos MEC – História sugere maneiras para o professor explorar o livro didático com os alunos, por meio de trabalhos individuais ou em grupos. São indicados estudos do vocabulário acompanhados de pesquisas em dicionários, seleção de ideias básicas do autor, elaboração de resumos e de esquemas, comparação entre textos, quando os alunos utilizam livros diferentes, e análise das ilustrações.

Foram poucos os livros utilizados pelos professores do ensino de 2º grau nas décadas estudadas. Segundo os dados colhidos nos relatórios de estágios verificou-se que os livros de história indicados para compra nem sempre eram adquiridos pelos alunos. A soma total de obras indicadas e adotadas chegou a 13. Essa quantidade reduzida pode ser explicada porque os alunos não consideravam a história uma disciplina de primeira linha e nem todos os professores usavam manuais porque alegavam que dominavam o conteúdo e que essas publicações nem sempre eram completas.

O Guia Metodológico enfatiza a necessidade do uso do livro didático no 2º grau como auxiliar básico do professor, desde que bem trabalhado. Além disso, ainda indica que o bom professor devia anali-

sar os livros didáticos escolhidos pelos alunos, quando traziam para as aulas manuais diferentes.

A aquisição dos manuais dependia das condições financeiras das famílias e do acervo da biblioteca escolar. A prática dos alunos de usar o livro didático que tivessem acesso interferiu no uso cotidiano dos manuais, porque nem todos traziam as mesmas informações, o que desfavorecia seu uso continuado. O professor citado, no relatório de 1977, permitiu que os alunos utilizassem o livro que “tivessem à mão”.

Na década de 1970, verificaram-se nas fontes três livros didáticos como de uso cotidiano pelos professores nas séries do 2º grau. Em 1972, foram citados os de Souto Maior, *História geral para o ensino de 2º grau e vestibulares* (1981), e o de Esaú e Pinto, *História do Brasil: estudo dirigido* (s/d); em 1974 e 1975, o livro de Esaú e Pinto foi novamente referido e o de José Jobson de Andrade Arruda, *História moderna e contemporânea* (1984).

Os conteúdos desses livros didáticos podem ser relacionados às sugestões contidas no documento do Conselho Federal de Educação. Os autores vinculam conteúdos de história do Brasil com a história geral. Os dois livros de história geral têm capítulos sobre o imperialismo europeu e a descolonização nos continentes africano e asiático e a respeito da América do Norte e Latina. O livro de Esaú e Pinto, sobre *História do Brasil* (s/d), contém mapas e gravuras e, no fim de cada subitem, uma série de exercícios, de modo que metade das páginas de cada capítulo é composta por atividades. Em um relatório de estágio de 1975 consta parte dos programas da 1ª e da 2ª séries, copiados da lousa pelo estagiário, que os identifica aos conteúdos listados no sumário “[...] do manual adotado na sala, de José Jobson, *História Moderna e Contemporânea*, Ática, 1974.”

De acordo com a pesquisa de Prado (2004), durante toda a década de 1970, poucos foram os livros indicados como de pesquisa, os professores identificaram apenas três. No entanto pode-se notar que, algumas vezes, esses mesmos livros foram classificados como didáticos. São eles: *História da civilização ocidental*, de Edward MacNall Burns (1970); *História da riqueza do homem*, de Leo Huberman (1984) e *História econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior (1985).

O livro de Burns foi utilizado por um professor para “[...] dar aos alunos não só informação, mas principalmente uma formação”, segundo sua própria citação em relatório de 1972. Nota-se, também, que as obras de Huberman e Prado Júnior adotam uma perspectiva marxista e criticam a ascensão de uma elite e do capital, em detrimento da classe trabalhadora, produtora das riquezas humanas. O uso didático do livro de Huberman também ocorreu nas séries do 2º grau e foi complementado pelo manual de Arruda (1984). Neste caso, o professor pretendia atingir “[...] seu objetivo maior: a formação de hábitos e a reflexão”, como expresso por ele em relatório de 1974. É interessante notar que essas obras, usadas como livros de pesquisa e, em dois casos, como didáticos, foram publicadas pela primeira vez, há pelo menos três décadas, o que permite deduzir que tinham sido utilizadas pelos professores quando cursaram a graduação.

O ímpeto que levou alguns dos professores das escolas estaduais a usar livros para as pesquisas dos alunos também foi decisivo para adotar livros didáticos. A opção por alguns desses livros para pesquisa e ensino nas séries do 2º grau talvez tenha ocorrido em razão da amplitude dos conteúdos de história geral ou pela escassez de dados na maioria dos livros didáticos de história sobre a eco-

nomia brasileira, ou ainda por não apresentarem, de modo detalhado, o processo de implantação e sedimentação do sistema capitalista.

4 Usos dos livros didáticos e a proposta curricular

Em 1980, foi publicada a *Proposta Curricular de História e Geografia para o 2º grau* cuja novidade era introduzir conteúdos de história da América. Essa *Proposta* trouxe, para cada série, os objetivos, a sugestão programática e de conteúdo, e uma extensa bibliografia. No fim do volume encontravam-se sugestões de atividades para o professor utilizar nas aulas.

Os conteúdos foram separados de acordo com os temas: história e geografia da América para a 1ª série, história e geografia do Brasil para a 2ª série. Nos conteúdos da 2ª série, deveriam ser inseridos aspectos de história geral e de geografia geral moderna e contemporânea para, necessariamente, complementar as explicações sobre a história do Brasil. Quando os alunos ingressassem no curso de 2º grau com habilitação na modalidade *Formação Profissional Básica* do setor terciário teriam aulas de história administrativa do Brasil e, assim, os conteúdos seriam aprofundados nas 2ª e nas 3ª séries.

Na análise dos conteúdos, percebe-se que alguns deles são similares: é o caso do Renascimento, da história geral e da Europa Moderna. Uma hipótese explicativa para tal acontecimento, segundo um dos relatórios de estágios de 1978, é o caso de um professor que abordava o mesmo assunto em todas as séries que lecionava, para sanar as lacunas da aprendizagem dos alunos e perder pouco tempo na preparação das aulas.

Após 1978, é possível notar a influência da *Proposta Curricular de História e Geografia* nos conteúdos das séries. Podem ser identificados assuntos diretamente vinculados aos sugeridos pelo programa oficial. Apesar dos argumentos existentes nas publicações, incentivando mudanças metodológicas em sala de aula, uma professora relata que se utilizavam sugestões da *Proposta de História e Geografia*, mas ainda demonstravam, de acordo com o estagiário no ano de 1985:

[...] uma grande preocupação com fatos específicos (nomes e datas). O encadeamento destes fatos é determinado por relações simplistas de causa e efeito. O que se veicula é uma visão da História fragmentária e factual, em detrimento da reflexão e compreensão dos processos históricos. (RELATÓRIO 8, 1985).

Por meio da análise dessa citação, pode-se identificar como a assimilação metodológica, com a implantação de uma nova modalidade de habilitação é diametralmente oposta quando refere-se à reorganização dos conteúdos específicos de uma disciplina. Independentemente das sugestões contidas nos documentos oficiais, a prática pedagógica individual persiste em cada sala de aula. A manutenção da prática no ensino de determinados conteúdos permanece de modo tácito arraigada no cotidiano da escola.

No entanto, mesmo com essas demonstrações das posturas dos professores alguns livros didáticos foram adotados entre 1977 e 1985 com o predomínio dos livros de história geral, seguidos pelos de história do Brasil e da América. São eles respectivamente: os de Esaú e Pinto, *História do Brasil*: estudo dirigido (s/d) e *História geral da civilização* (1975); o

de José Jobson, *História moderna e contemporânea* (1984); o de Souto Maior, *História geral para o ensino de 2º grau e vestibulares* (1981); o de Antonio Pedro e Florival Cáceres, *História geral* (1982); o de Heródoto Barbeiro, *História geral* (1984); o de Elza Nadai e Joana Neves, *História da América* (1979); o de Koshiba e Pereira, *História do Brasil* (1995); o de Piletti, *História do Brasil* (1996); e o de Antonio Pedro, *História moderna e contemporânea* (s/d).

Esses livros de história geral assemelham-se, na apresentação dos conteúdos, aos usados para os trabalhos de pesquisa. Traziam como diferenciais algumas gravuras, fotografias, mapas e quadros cronológicos, além de resumos no fim dos capítulos. Isto ocorre com os livros de Souto Maior, Arruda, Pedro e Cáceres, Pedro e de Barbeiro. Outro ponto a destacar é a existência de questionários ou de orientações para a leitura auxiliar, em forma de questões, que aparecem nos livros de Pedro e Cáceres e de Barbeiro. A cronologia, o vocabulário e os trechos de documentos surgem apenas nos livros de Arruda, de Barbeiro e de Pedro. Pode-se afirmar, pelos dados colhidos nos relatórios de estágios, que os professores faziam uso desses manuais como livros de leitura. Utilizavam-se as ilustrações e mapas para breves comentários e dificilmente os exercícios eram resolvidos em sua totalidade.

Os livros de Esaú e Pinto são apresentados de modo diferente dos outros, com muitas ilustrações coloridas; os mapas incluem figuras humanas, e em todas as páginas desenhos acompanham o texto. Há, no decorrer do texto, lembretes e definições de conceitos. A obra não conta com nenhum tipo de exercício em todo o volume, talvez por vir acompanhada de um caderno de exercícios. Uma dupla de estagiários, em 1978, comenta os livros desses autores:

Quanto ao livro adotado, soubemos que o professor adotou um no princípio do ano, o qual serve como guia aos alunos e embora nos pareça falho em muitos aspectos, aos olhos dos estudantes é bastante claro, objetivo e fácil de ser decorado, características estas que agradam muito a todos os alunos. (RELATÓRIO 6, 1978).

Dos livros utilizados pelos professores no 2º grau, apenas os de Barbeiro (1984) e de Arruda (1984), autores de obras de história geral, demonstraram a preocupação de vincular os conteúdos da história geral com os da história do Brasil. O volume de Arruda apresenta um diferencial na maneira de tratar os conteúdos: com base em uma perspectiva marxista, os conteúdos são expostos segundo as esferas do econômico e do social que, por sua vez, são acoplados, no desenrolar do texto, aos aspectos políticos e culturais. Acrescenta-se, também, a preferência pelo estudo de temáticas, consideradas pelo autor como fundamentais e capazes de orientar sobre os acontecimentos da época atual. Essa maneira de apresentar os conteúdos não era oferecida por nenhum outro livro didático na década de 1970. O livro de Arruda foi citado em vários dos relatórios. Em 1977, duas professoras fizeram considerações sobre esse livro.

A professora demonstra seu descontentamento com o livro didático adotado pela escola (Jobson Arruda). Considera-o fraco, incompleto nos dados, nas datas, etc... Justifica-se dizendo utilizá-lo por não ter como se impor num terreno mal conhecido e demonstra clara preferência por outro livro didático. (RELATÓRIO 3, 1977).

E a segunda

O livro que considera ideal para o estudo de História nesta série é a obra do professor Jobson de Arruda, editado em dois volumes: *História Antiga e Medieval* e *História Moderna e Contemporânea* porque segue a linha da História sócio-econômica, que é o enfoque que a professora considera mais importante. Mas não adota o livro, porque o preço não é acessível aos seus alunos, além do que seria necessário adotar uma outra obra para o estudo de História do Brasil, o que encareceria ainda mais. (RELATÓRIO 5, 1977).

Os relatos acima demonstram quais eram as impressões causadas pelo livro em questão. Era considerado indevido para uns e, ao mesmo tempo, indicado por outros. Essa controvérsia sobre o volume ainda permaneceu na década de 1980.

Os livros de história do Brasil citados foram utilizados em épocas diferentes. O de Esaú e Pinto, em 1978, no mesmo ano da *Proposta Curricular de História e Geografia*; os de Koshiba e Pereira (1995) e de Piletti, em (1996), quando as sugestões da *Proposta* já estavam mais sedimentadas. Apenas as obras de Piletti e de Koshiba e Pereira apresentam a História do Brasil até a década de 1980, o que demonstra preocupação com a atualização das informações que serão adquiridas pelos alunos, além disso, propõem questões para os alunos responderem no encerramento de cada capítulo e trechos de documentos acompanhados de perguntas. O livro de Piletti indica ainda uma pequena bibliografia, no fim de cada capítulo, para aprofundamento dos assuntos.

Os comentários sobre os conteúdos existentes no fim dos capítulos são, até certo ponto, propositais. Nos depoimentos analisados nos relatórios de estágios identifica-se, claramente, que dificilmente os professores conseguiam alcançar os conteúdos mais atuais, constantes do final do volume usado. Tem-se a impressão da existência de um acordo tácito sobre os conteúdos da disciplina História, por serem considerados muito extensos e com muitos detalhes para aprofundar-se; justificando assim o término das explicações, no mínimo, cinco décadas antes do período vivido.

O livro de Nadai e Neves, de acordo com a introdução das autoras, teve como objetivo “[...] assegurar um conhecimento preciso e global sobre a realidade americana e, ao mesmo tempo, o domínio da técnica de estudo que dará independência e iniciativa para melhor organizar os estudos posteriores” (1979, p. 7). Os conteúdos foram divididos com a mesma forma dada aos da *Coletânea de documentos de História da América para o 2º grau – 1ª série*, que seria publicada dois anos depois desse livro, pelo governo do Estado. Há mapas e ilustrações, no fim de cada capítulo, além disso, existem textos denominados “Leitura complementar” acompanhados de pequenos trechos de documentos que os reforçam e questões para serem respondidas no próprio livro. Essa obra foi pioneira na apresentação de conteúdos sistematizados de história da América, pois as autoras participaram de algumas das equipes que formularam propostas de ensino. Dessa forma, a publicação desse volume contribuiu para a difusão dos documentos oficiais em um livro didático, facilitando o acesso dos professores aos conteúdos específicos por essa via.

Em 1981, foi publicada a *Coletânea de documentos de história da América para o 2º grau – 1ª série*, com a finalidade de ampliar as opções de

material didático usadas pelos professores da disciplina. Nesta *Coletânea*, a equipe responsável procurou focar o homem como agente do processo histórico, optando pelo estudo temático dos países latino-americanos. Ao apresentar ao leitor os documentos – alterados sem mudar o sentido original –, explicam-se suas origens e os prováveis motivos de sua redação. No início de cada unidade, há informações sobre os autores de cada documento e, no final, além de se fazer sugestões metodológicas, arrolam-se os pontos relevantes que o professor poderia destacar e apresentam-se questões para os alunos responderem.

Comparando-se os conteúdos citados nos relatórios de estágios e as sugestões oficiais de conteúdos para o desenvolvimento das aulas com documentos, pode-se estabelecer uma relação, pois alguns dos conteúdos são de História do Brasil e os documentos relacionam a história da América com a do Brasil. No entanto, as informações constantes nos relatórios não indicam o uso desses documentos oficiais pelos professores, mas apenas de livros didáticos, como o de Nadai e Neves sobre a História da América. Em sua totalidade os dados colhidos não são suficientes para estabelecer-se uma correlação entre as aulas e o uso dos documentos.

5 Alterações nas práticas pedagógicas

As práticas pedagógicas dos professores do ensino médio nos anos estudados foram mudando paulatinamente. Verificou-se o uso contínuo dos mesmos livros didáticos durante os anos pesquisados, independentemente das alterações sofridas na grade curricular e também de livros para a pesquisa que tornaram-se de uso cotidiano.

A pesquisa demonstrou, ainda, que na prática cotidiana os professores faziam uso dos documentos

contidos nos livros didáticos, mas não dos organizados pelos órgãos oficiais. Essa prática da utilização de documentos dos livros didáticos tornou-se usual no final da década de 1980 e início da de 1990.

Apesar das alterações impostas às grades curriculares das escolas estaduais, nos anos da reforma do ensino, os conteúdos da disciplina História foram ampliados – o que é uma contradição –, pois ocorreu simultaneamente à redução da carga horária semanal. No entanto, essas mudanças curriculares contribuíram para o desenvolvimento de novas metodologias de ensino nas práticas pedagógicas dos professores.

Textbooks in pedagogical practice of the teachers of History

The present study analyses the pedagogical practices of History teachers in the three last grades of high school, and verifies how the content were developed and the applied the textbooks, in which it was possible to categorize the use of textbooks as an everyday practice and source of information. It was noted that the same books were still recommended on the lists despite the reduction of History weekly classes. The study focuses on the years 1972 to 1986 due to the Education Reform, which included alterations in the History curriculum. New suggestions of work were published by official organs, resulting in the publication of new textbooks. The sources of the research consist of official documents, the legislation and internship reports produced by History students from Universidade de São Paulo. The study was limited to public schools in the metropolitan area of São Paulo.

Key words: History of education. Pedagogical practice. Textbooks.

Nota

¹ Os relatórios estudados foram divididos em relatórios de observação e de regências. Nos de observação, comumente cursados no primeiro semestre da disciplina, o aluno estagiário apenas observa o desenvolvimento da aula; e, nos de regência que ocorrem após o estágio de observação, os alunos participam das aulas ativamente ministrando aulas e pequenos cursos, ou aplicando atividades.

Referências

- ARRUDA, J. J. A. *História moderna e contemporânea*. 17. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- _____. *História Antiga e Medieval*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1976.
- BARBEIRO, H. *História geral*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1984.
- BRASIL. *Guia Metodológico para Cadernos MEC – História*. Brasília, DF: MEC: FENAME, 1971.
- _____. Conselho Federal de Educação. *Parecer n.º 853*, aprovado em 12 de novembro de 1971. Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus.
- BURNS, E. M. N. *História da civilização ocidental*. Tradução L. G. Machado, L. S. Machado e L. Vallandro. 2. ed., 10. imp. rev. e atual. Porto Alegre: Globo, 1970.
- ESAÚ, E. ; PINTO, L. G. O. *História do Brasil: estudo dirigido*. 2º grau. São Paulo: IBEP, [s.d].
- _____. *História Geral da Civilização*. São Paulo: Saraiva, 1975.
- HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Tradução W. Dutra. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. *História do Brasil*. 6. ed. São Paulo: Atual, 1995.
- NADAI, E. ; NEVES, J. *História da América*. São Paulo: Saraiva, 1979.
- PEDRO, A.; CÁCERES, F. *História Geral*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1982.
- PEDRO, A. *História moderna e contemporânea*. São Paulo: FT.D., [s.d.].
- PILETTI, N. *História do Brasil*. 14. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PRADO, E. M. *As práticas dos professores de História nas escolas estaduais paulistas nas décadas de 1970 e 1980*. 2004. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- RELATÓRIOS DE ESTÁGIOS de observação e regência, 1972 a 1985. Laboratório de Ensino de História da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Tradução E. F. F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SÃO PAULO (SEE). *Proposta Curricular de História e Geografia para o 2º grau*. São Paulo: CENP, 1980.
- _____. *Coletânea de Documentos de História da América para o 2º Grau- 1ª série*. São Paulo: CENP, 1981.
- _____. *Coletânea de documentos históricos para o 1º grau- 5ª a 8ª séries*. São Paulo: CENP, 1981.
- SOUTO MAIOR, A. *História geral: para o ensino de 2º grau e vestibulares*. 23. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

recebido em abr. 2009 / aprovado em jun. 2009

Para referenciar este texto:

PRADO, E. M. Livros didáticos na prática pedagógica dos professores de História. *Dialogia*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 93-102, 2009.